

# Capítulo 1

## OS DITONGOS ORAIS E O FENÔMENO DA MONOTONGAÇÃO

Este capítulo dedica-se à revisão de algumas definições e questões fundamentais a respeito dos ditongos no PB e suas possibilidades de variação, com foco no processo de monotongação. O capítulo está dividido em três seções. Na seção 2.1, retomamos questões centrais na discussão sobre ditongos orais no PB e suas formas de variação possíveis. Na seção 2.2, apresentamos uma breve descrição dos estudos que investigaram a monotongação de ditongos orais em variedades do PB destacando seus principais resultados e, na seção 2.3, uma síntese do capítulo.

### **1.1 Os ditongos orais no português brasileiro**

Um ditongo pode ser compreendido como o encontro de uma vogal propriamente dita e um glide (VG), isto é, um elemento que não constitui pico de sonoridade na sílaba (SILVA, 2002; MENDONÇA, 2003). No que diz respeito aos glides, há controvérsias a respeito da sua natureza, se vocálica ou consonantal. Conforme as gramáticas tradicionais, os ditongos podem ser classificados em orais e nasais e, em crescentes e decrescentes, dependendo da posição que o glide ocupa na sílaba (cf. CUNHA; CINTRA, 1985; CEGALLA, 1998; BECHARA, 2010). Entretanto, para autores como Câmara Jr. (2006[1970]), a língua portuguesa não possui, realmente, ditongos crescentes, uma vez que, na sequência GV, o ditongo, geralmente, está em variação livre com o hiato. Mais adiante apresentamos a discussão dessas questões segundo a visão de Mattoso Câmara Jr. e Leda Bisol.

No que se refere à natureza do glide – denominado por Câmara Jr. (1970) como vogal assilábica – e à estrutura silábica, Mattoso Câmara Jr. 1970 afirma que considerar as vogais assilábicas como segmentos consonânticos, resultaria em um aumento do número de consoantes no português, mas, em compensação, na diminuição dos tipos de sílabas. Se, porém, as interpretarmos como segmentos vocálicos, ou seja, como alofones posicionais vocálicos, ocorreria o contrário. O autor defende que as vogais assilábicas possuem natureza vocálica e cita como argumento, a favor da sua afirmação, a possibilidade de encontrarmos um /r/ fraco entre ditongo e vogal, já que essa consoante só ocorre, em português, entre vogais. Já entre consoante e vogal, ou em posição inicial, só ocorre o /r/ forte – que cria uma oposição com o /r/ fraco, como conforme se verifica nos pares: *caro* e *carro*, *coro* e *corro*, *era* e *erra*. Desse modo, a presença do /r/ brando entre um ditongo e uma vogal como em *Europa*, *eira* e *Laura* leva à interpretação da vogal assilábica como alofone posicional de uma vogal e não como consoante.

Ainda segundo Câmara Jr. (1970), um ditongo consiste em uma vogal modificada por outra na mesma sílaba, por conseguinte, a vogal assilábica deve ser interpretada como modificação final do centro da sílaba, logo, ocupa com a vogal silábica o núcleo da sílaba e, quando há variação, o ditongo comuta com um monotongo. Enquanto Câmara Jr. prefere considerá-los como segmentos de natureza vocálica, para Bisol (1989) os glides devem ser interpretados como consoantes. Segundo a autora esses segmentos (/j/ e /w/) ocupam a posição de consoante, na coda silábica e comutam com consoantes em posição de coda como ocorre nas palavras *mar* e *mau*. Seu argumento é que todas as semivogais tinham sido vogais altas que se tornaram glides durante o processo de silabação.

Sobre a questão da inexistência de ditongos crescentes em PB, Câmara Jr. (1970) concorda com a existência de apenas um tipo de ditongo crescente, bem restrito, uma vez que, os demais não são

considerados ditongos por variarem livremente com o hiato. Trata-se de um ditongo formado pela vogal assilábica /u/ depois de uma plosiva labial e seguida por uma vogal silábica como ocorre em *qual* /kual/ e *água* /agua/. Portanto, os demais ditongos orais existentes no PB são todos decrescentes: /a<sup>i</sup>/, /a<sup>u</sup>/, /é<sup>i</sup>/, /ê<sup>i</sup>/ /é<sup>u</sup>/, /ê<sup>u</sup>/, /i<sup>u</sup>/, /ó<sup>i</sup>/, /ô<sup>i</sup>/, /ô<sup>u</sup>/, /u<sup>i</sup>/.<sup>1</sup>

Para Bisol (1989; 1991), há dois tipos de ditongos na língua portuguesa: o “fonológico” e o “fonético”, ou seja, o “verdadeiro” e o “falso”. O ditongo fonológico, ou verdadeiro, está representado na estrutura subjacente da língua por dois elementos V, já o fonético, ou falso, possui, na estrutura subjacente, apenas um elemento vocálico. Em outras palavras, nos ditongos verdadeiros, cada vogal, na sequência, é associada a uma camada temporal, enquanto os ditongos falsos formam uma sequência monofonética associada a apenas uma camada temporal. Os ditongos verdadeiros são considerados pesados, pois são obrigatórios e formam pares mínimos com a vogal simples como em: [‘lẽ] e [‘kãli] se opondo a [‘le] e [‘kali], respectivamente. Além disso, os ditongos verdadeiros, quando em final de palavra, atraem o acento. Já os ditongos falsos, segundo a autora, são leves, variando livremente com a vogal simples e sobrevivem, apenas, graças à ortografia e ao ensino escolar: [‘ka.ʃe] ~ [‘kã.ʃe] (Bisol, 1994).

Bisol (1989) se tornou um dos estudos mais influentes sobre ditongos orais em PB ao propor essa dicotomia entre ditongos verdadeiros e falsos. A literatura sobre o tema após 1989 é baseada, principalmente, em suas afirmações, sem colocá-las em discussão, inclusive em seis dos estudos primários desta revisão sistemática (cf. PALLADINO NETTO, 1995; SILVA, 1997; ARAÚJO, 2000; CARVALHO, 2007; FARIAS, 2008; TOLEDO, 2011). Entretanto, o trabalho de Bisol (1989; 1991) é baseado numa análise unificada dos

---

1 Essa notação segue a de Câmara Jr. (1970), do mesmo modo, as demais notações e transcrições serão apresentadas da forma como aparecem em cada trabalho citado.

ditongos orais, não considerando, assim, as particularidades de cada ditongo, haja vista, que cada ditongo é monotongado em contextos diferentes e específicos, como apontado por estudos variacionistas (cf. MENECHINI, 1983; VEADO, 1983; MOTA, 1986; PAIVA, 1996). Isto posto, apresentaremos estudos que analisaram a variação em ditongos orais do PB, investigando os fatores, estruturais e não estruturais, que influenciam a variação.

A investigação da variação em ditongos orais no PB não é algo novo: Amaral (1976) foi a primeira menção à variação em ditongos orais no dialeto caipira do PB. Câmara Jr. (1970) também lidou com a questão da variação em ditongos orais no dialeto do Rio de Janeiro. Ao tratar dessa questão esses autores mencionam fenômenos como a *monotongação*, que consiste na redução do ditongo a uma vogal simples por meio do apagamento do glide, e a *ditongação* que pode ser explicada como a transformação de uma vogal simples em ditongo, ou seja, o processo pelo qual um segmento vocálico desdobra-se em dois segmentos (cf. XAVIER; MATEUS, 1990). Com isso, vejamos o que dizem os autores citados.

Amaral (1920) trata da “diferenciação dialetal” como resultado das transformações nas manifestações da vida provinciana, isto é, alterações no meio social. Quanto aos ditongos ele fala da uma vocalização do fonema /g/ em contextos em que este precede um ditongo crescente iniciado por [ɨ] ditongando-se com a vogal anterior como em *água* [‘aɨ.ɨa] e *sagui* [saɨ.‘ɨi], além de mencionar a monotongação dos ditongos [oɪ] e [oɨ] que são reduzidos a [o] em alguns contextos; e [eɪ] que é reduzido a [i] em palavras como *feitio* [fi‘tiɨ]; e [eɨ] que é reduzido a [o] em palavras como *Eusébio* [o‘zɛbɨɨ], e por fim, a ditongação de [o] que resulta em [aɨ] em palavras como *tatorana* [tataɨ‘ranɐ]. Câmara Jr. (1970) se refere ao processo de monotongação do ditongo [oɨ] no registro informal e à vocalização do fonema /l/ que resulta num processo de ditongação que ocorre em palavras como *sol*.

Após esses trabalhos foram desenvolvidos vários outros estudos sobre a variação dos ditongos orais do PB, em sua maioria, investigando o fenômeno da monotongação, na língua falada (cf. LEMLE, 1975; SILVA, 1981, SANTOS, 1982; MENEGHINI, 1983; VEADO, 1983; MOTA, 1986; RIBEIRO, 1990; CASTILHO, 1992; DIAS, 1993; COELHO; NAUMANN, 1994; LEIRIA, 1995; PAIVA, 1996; GONÇALVES, 1997; SILVA, 1997; AQUINO, 1998; ARAUJO, 1999; ARAGÃO, 2000; FARIAS; OLIVEIRA, 2003; COSTA, 2004; PEREIRA, 2004; SILVA, 2004a; MELLO, 2004; AMARAL, 2005; HORA, 2012; TRINDADE, 2009; BRESCANCINI, 2010; JESUS; SANTOS; SANTOS, 2010; SANTOS; CHAVES, 2010; SANTOS, 2010; CRISTOFOLINI, 2011; BITTENCOURT, 2012; SILVA; FONSECA; CANTONI, 2012; FERREIRA; CARVALHO, 2013; ARAÚJO, 2013; LEÃO 2013; ARAÚJO; PERERIRA; ALMEIDA, 2017), e também na língua escrita, quando a variação, comumente, é tratada como um reflexo da fala (cf. HORA; RIBEIRO, 2006; HORA, 2007; ANSELMO, 2011; HENRIQUE; HORA, 2013; SANTOS; SANTANA; DIDA, 2013; SIMIONI; RODRIGUES, 2015; ARAÚJO; VIEIRA, 2021).

Em resumo, nem sempre que um ditongo aparece na escrita, de acordo com a norma culta, é realizado na fala e vice-versa. Basicamente, são possíveis os seguintes cenários:

1. A realização fonética de um ditongo oral é compulsória, e o ditongo aparece na escrita:

- (a) peito [‘pej.tu]
- (b) coisa [‘koj.zɐ]
- (c) noite [‘noj.tʃi]

2. A realização fonética de um ditongo oral é opcional apesar do ditongo aparecer na escrita:

- (a) ouro [‘o.ru] ~ [‘ow.ru]
- (b) sapateiro [sa.pa.‘te.ru] ~ [sa.pa.‘tej.ru]



(c) loira [ˈlo.rɐ] ~ [ˈloj.rɐ]

3. A realização fonética de um ditongo oral é opcional sem que haja seu equivalente na escrita:

(a) arroz [a.ˈxos] ~ [a.ˈxojs]

(b) nasci [na.ˈsi] ~ [naj.ˈsi]

4. A realização fonética de um ditongo oral é ambissilábica:

(a) ideia [i.ˈdɛ.jɐ] ~ [i.ˈdɛj.jɐ]

(b) boa [ˈbo.wɐ] ~ [ˈbow.wɐ]

Os trabalhos que analisamos, nesta revisão sistemática, apresentam os dois primeiros cenários, com foco no segundo, já que tratam do processo de monotongação de ditongos orais, como uma regra variável. Esse fenômeno tem sido amplamente estudado desde a década de 1970. Isto posto, a seguir apresentamos, brevemente, alguns estudos sobre a monotongação de ditongos orais em variedades de fala do português brasileiro – sendo que não estão incluídos, nesta seção, os estudos que compõem o *corpus* deste estudo, elencadas no capítulo 3.

## 1.2 Estudos sobre a Monotongação em variedades do Português Brasileiro

Nesta seção, apresentamos uma síntese dos estudos que investigaram o fenômeno em variedades de fala do português do Brasil, a partir de pesquisas realizadas em sites de busca e nas referências bibliográficas dos estudos primários desta revisão sistemática.<sup>2</sup> Esses trabalhos são apresentados com a finalidade de

---

<sup>2</sup> Pesquisar estudos relevantes a partir de referências bibliográficas de trabalhos que estudam o fenômeno em foco é uma forma de pesquisa descrita no método Cochrane que empregamos na revisão sistemática (cf. capítulo 3).

apresentar uma visão panorâmica da trajetória de tais estudos e seus principais resultados, uma vez que os mesmos não estão no escopo da revisão sistemática (cf. capítulo 3) por não consistirem em teses de doutorado ou dissertações de mestrado.

Tratando do processo de monotongação, Naro (1973, p. 69) afirma que a generalização de duas regras antigas, nomeadamente, a degeminação e a elisão, resultariam numa regra que “suprime semivogais homorgânicas depois de todas as vogais que concordam em arredondamento e retração”, o que explicaria a redução de dos ditongos: (i) [ow]<sup>3</sup> → [o] que caracterizaria uma mudança já completa em “aproximadamente todos os dialetos, tanto europeus, como americanos”; (ii) [ej] → [e] que estaria ocorrendo em muitos dialetos brasileiros, apesar de algumas formas ainda manterem o ditongo em todos os estilos.

Lemle (1975) estuda a redução do ditongo [ej] verificando quais contextos fonéticos favorecem a preservação do glide. A autora afirma que a redução de alguns ditongos, no Rio de Janeiro, já avançara de tal forma, que teria deixado de ser percebida como marca de fala não padrão, e Seraine (1982) descreve a redução dos ditongos [ej] e [ow] como um dos fenômenos que já seria parte da norma culta de Fortaleza-CE. Estudando a monotongação de [aj], [ej] e [ow] no dialeto de Salvador, Silva (1981) destaca a alta frequência da redução do ditongo [ow] e a importância do contexto fonético posterior ao ditongo para a implementação do fenômeno.

Meneghini (1983) analisa a monotongação de ditongos orais decrescentes no município de Ibiaçá, Rio Grande do Sul, a fim de verificar quais estariam sujeitos ao fenômeno, bem como a influência de variáveis linguísticas e sociais sobre a aplicação da regra variável de monotongação. O estudo verificou que: (i) apenas [aj], [ej] e [ow] sofreram redução; (ii) nos três ditongos as sílabas átonas favorecem

---

3 A notação dos ditongos e a terminologia empregada para denominar variáveis previsoras será mantida conforme aparece em cada trabalho.

a aplicação da regra mais do que as tônicas; quanto ao contexto fonético posterior, a monotongação de [ow] ocorre em qualquer ambiente, enquanto a redução de [ej] só acontece diante de [ʃ], [ʒ] e [r]. O ditongo [aj], por sua vez, só é reduzido diante de [ʃ]; (iii) falantes da zona rural aplicam a regra com mais frequência que os da zona urbana.

Veado (1983) trata da redução dos ditongos [ej] e [ow] na fala casual e formal da região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo os resultados obtidos, a redução dos ditongos ocorre com maior frequência na fala casual, sendo que no caso de [ej] a redução é bloqueada pelos contextos fonéticos posteriores ao ditongo: /t/, /d/, /s/, /l/ e /n/, e quando o ditongo está em posição final de palavra. Já o ditongo [ow] é sempre passível de ser monotongado, independentemente de fatores linguísticos. Na fala formal, mais cuidada, a redução de [ej] é favorecida, principalmente pelo segmento posterior [r] e por sílabas acentuadas. A redução de [ow] é favorecida por sílabas acentuadas, em posição final de palavra. As variáveis sociais analisadas (*Classe social, Sexo e Idade*) não influenciaram a redução de [ej] e [ow].

Utilizando o material do Atlas Linguístico de Sergipe, Mota (1986) analisa a monotongação de [ej], verificando quais contextos fônicos favorecem cada variante e se a manutenção do glide está associada à variação diafásica ou diastrática. O estudo constata que (i) o ditongo se mantém diante de vogal posterior alta, consoante dental e em fim de palavra; (ii) a exceção de *esteira* e *queira*, a monotongação é categórica quando o segmento posterior é o tepe. Nos demais contextos as duas variantes são possíveis. Conforme a autora, a variação deve ser classificada como diatópica e não como algo inerente à norma culta (MOTA, 1986, p. 126).

A partir dos pressupostos da Teoria da Variação, Ribeiro (1990) estuda a supressão de [j] e [w] nos ditongos [aj], [ej] e [ow] na fala de comunidades do Sudoeste do Paraná, em seis municípios



(Santo Antônio do Sudoeste, Marmeleiro, Renascença, Clevelândia, Chopinzinho e Nova Prata do Iguçu). Os 22 informantes da amostra pertencem ao Projeto Fontes Culturais para o Ensino, desenvolvido nos anos 1980. Como o trabalho analisa a supressão de [j] e [w], os ditongos [aj] e [ej] são agrupados numa única análise. O estudo indicou que o apagamento do glide [j] é favorecido pelas seguintes variáveis: *Contexto fonológico seguinte* (tepe e palato-alveolares), *Tonicidade* (sílabas átonas), *Classe do vocábulo* (substantivos e adjetivos) e *Tamanho da palavra* (trissílabos e polissílabos). Já a supressão de [w] ocorre em, praticamente todos os contextos e quase não há fatores inibidores dessa supressão (RIBEIRO, 1990, p. 84-89). Segundo a autora, nenhum fator social exerceu influência na redução dos ditongos.

Dias (1993) desenvolve um estudo sobre a variação dos ditongos [aj], [ej] e [ow] no dialeto curitibano no intuito de identificar os fatores que influenciam a aplicação da regra de monotongação. De acordo com a autora, a influência dos fatores sociais foi pequena e o fator mais importante na supressão dos glides, dos ditongos analisados, “parece ter sido o fonológico, ou seja, o contexto seguinte à semivogal é o que geralmente parece ter determinado a monotongação” (DIAS, 1993, p. 63).

Baseados nos pressupostos da Teoria da Variação de Labov, Coelho e Naumann (1994) investigam a monotongação de [ej] em Curitiba, Florianópolis, e Porto Alegre, a partir de uma amostra de 36 informantes do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana do Sul do País), sendo 12 de cada capital. Segundo os resultados alcançados: (i) o tepe [r] e as palato-alveolares [ʃ], são os contextos que mais favorecem a aplicação da regra; (ii) quanto maior o número de sílabas da palavra, maior a probabilidade de redução do ditongo; (iii) a região de Florianópolis se destaca como a que mais favorece o processo; e (iv) a monotongação é favorecida por falantes mais jovens e com menor nível de escolaridade.

Também sob a perspectiva da Teoria da Variação<sup>4</sup>, Paiva (1996) estuda a monotongação de [ej] e [ow] objetivando identificar os fatores que condicionam a variação. No que se refere ao ditongo [ej], verificou-se que o *Contexto seguinte* é o fator mais relevante (os segmentos palato-alveolares e tepe são os contextos que mais favorecem a redução do ditongo) seguido pelas variáveis: *Extensão da palavra* e *Estrutura interna*. As variáveis sociais não foram decisivas para o processo de monotongação. Quanto ao ditongo [ow], conforme a autora, a mudança de [ow] para [o] já estaria concluída e “a supressão de [w] ocorre independentemente de qualquer restrição” (PAIVA, 1996, p. 234).

Silva (1997) elabora um estudo sobre a monotongação de [aj] e [ej], em dialetos norte-fluminenses, com o objetivo de identificar os fatores linguísticos e sociais que condicionam a redução desses ditongos. Os resultados obtidos apontam que o *Segmento posterior* foi considerado o fator mais relevante para a monotongação dos dois ditongos. No caso de [ej], a redução é quase categórica, quando o ditongo ocorre diante de fricativa alveolar ou tepe. A única variável social que favorece a monotongação de [ej] é a *Idade*, já que os informantes mais idosos realizam o processo com mais frequência. Quanto ao ditongo [aj] nenhuma variável social foi selecionada como relevante.

Araújo (1999) aborda a monotongação de [ej] no português falado em Caxias, no Maranhão, a fim de comparar propostas de interpretação fonológica para o fenômeno. Analisando amostras de fala de 24 informantes, o estudo destaca a importância das variáveis: *Segmento seguinte* e *Tonicidade da sílaba*, sendo que a monotongação foi favorecida pelo segmento seguinte [r] e pelas sílabas tônicas.

---

4 Os estudos elencados no restante deste capítulo empregam os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]; CEDERGREN; SANKOFF, 1974; ROUSSEAU; SANKOFF, 1978)

Utilizando o material colhido pela pesquisa do Dialeto Social Cearense (DSC), Aragão (2000) analisa os processos de ditongação e monotongação no falar de Fortaleza e conclui que os dois fenômenos, apesar de não serem diatópicos, são, parcialmente, diastráticos e totalmente linguísticos, sendo que, fatores linguísticos como o *Contexto fonético posterior* influenciaram ambos os processos. No que se refere, especificamente, à monotongação, os resultados indicaram que os contextos posteriores /ʃ/, /ʒ/ e /r/, e palavras polissílabas favoreceram o processo.

Farias e Oliveira (2003) examinaram a monotongação dos ditongos [ej] e [ow] no Nordeste do Pará, analisando dados de fala de 22 informantes do Projeto ALIPA (Atlas Geo-Sociolinguístico do Estado do Pará). O estudo selecionou cinco cidades (Vigia, Capanema, Bragança, Baião e Cametá) e de cada cidade, 4 informantes, estratificados por sexo e faixa etária. Os resultados obtidos para o ditongo [ej] mostraram que a monotongação foi favorecida pelo tepe e pelas fricativas palatais em contexto seguinte ao ditongo, por palavras polissílabas, e quando o ditongo está no meio da palavra. Nenhum fator social se mostrou relevante para a aplicação da regra. No caso do ditongo [ow], nenhuma variável linguística ou social foi considerada determinante para a implementação do fenômeno.

Pereira (2004) analisa a monotongação dos ditongos [aj], [ej] e [ow] no português falado em Tubarão-SC. O *corpus* principal – dos quatro analisados pela autora – é formado por textos orais de 14 informantes do projeto PROCOTEXTOS/UNISUL, constituindo uma amostra de 1220 dados. A autora analisou oito variáveis independentes, sendo quatro linguísticas e quatro sociais: *Classe da palavra*, *Tipo de vogal do ditongo*, *Contexto fonológico anterior*, *Contexto fonológico posterior*, *Localização geográfica* (cidade dos informantes), *Idade*, *Sexo* e *Escolaridade* dos informantes. Os resultados apontaram a importância da variável *Contexto fonológico posterior*, única variável condicionante da monotongação dos

três ditongos analisados e indicou que nenhuma variável social condicionou o fenômeno.

A partir dos dados do projeto VARSUL, Amaral (2005) analisa a variação no ditongo [ej]. O estudo controlou as seguintes variáveis, linguísticas e sociais: *Classe de palavras*, *Contexto fonético seguinte*, *Posição do ditongo*, *Tonicidade*, *Faixa etária*, *Grupo geográfico* (Flores da Cunha, Panambi e São Borja) e *Escolaridade*. Constatando, assim, a influência das variáveis: *Contexto fonético seguinte*, *Classe da palavra*, *Tonicidade da sílaba* e *Faixa etária* dos informantes. A monotongação foi favorecida pelo contexto seguinte: tepe e fricativa palato-alveolar, pela classe gramatical dos nomes, pelas sílabas átonas e pelos falantes mais jovens. Segundo a autora, a monotongação é influenciada, mais por fatores linguísticos do que por fatores sociais.

O trabalho de Trindade (2009) investiga e descreve o fenômeno da monotongação na variedade do português brasileiro falado pela comunidade Tapuia do Carretão-GO, grupo indígena formado pelo resultado de um processo de miscigenação de cinco nações indígenas (Xavante, Xerente, Javaé, Kaiapó do Sul e Karajá) mais não-indígenas (negros e brancos). O estudo indicou que a monotongação é uma característica marcante dessa variante do português brasileiro e que as variáveis linguísticas são preponderantes no condicionamento do fenômeno da monotongação (a *Tonicidade*, a *Posição da sílaba*, e a *Consoante seguinte*, exercem influência na ocorrência do fenômeno), contudo, a monotongação, de acordo com o autor, deve ser compreendida como um fenômeno de redes sociais (Trindade, 2009, p. 110).

Brescancini (2010) investigou a redução dos ditongos decrescentes seguidos por fricativa em coda, como nos itens *mais*, *depois* e *seis*, em Florianópolis-SC, a partir de uma amostra constituída por 48 informantes do VARSUL. No estudo, o papel morfológico do /S/ e o *Sexo* dos informantes foram relevantes para



a monotongação dos ditongos. Segundo a autora, este fenômeno “caracteriza-se como um processo condicionado lexicalmente, mas que ainda apresenta resquícios de condicionamento estrutural, especificamente de cunho morfológico” (BRESCANCINI, 2010, p. 44).

Jesus, Santos e Santos (2010) observaram a frequência do processo de monotongação na fala de estudantes da Universidade Federal de Sergipe, correlacionada a variáveis sociais e linguísticas: *Situação de fala* (espontânea e controlada), *Sexo*, *Período cursado pelos universitários*, *Extensão silábica*, *Tonicidade* e *Contexto fonético posterior*. O estudo analisou os ditongos em doze palavras: *oito*, *biscoito*, *travesseiro*, *meia*, *manteiga*, *beijo*, *bandeira*, *torneira*, *ouro*, *peneira*, *peixe* e *roupa* e os resultados indicaram que a situação de fala espontânea, informantes do sexo masculino, palavras trissílabas, e o contexto fonético posterior [r] favoreceram a monotongação.

Santos (2010), em seu trabalho de conclusão de curso, estudou o uso dos ditongos [ay], [ey] e [ow] na fala de habitantes da comunidade douradense. Analisando um *corpus* constituído por amostras de fala de 14 informantes, o estudo considerou apenas variáveis sociais (*Gênero*, *Idade* e *Nível de escolaridade*). O trabalho verificou pequenas diferenças entre os índices percentuais de redução dos ditongos de acordo com o gênero dos informantes. Os informantes com ensino médio apresentaram os menores índices de monotongação. Quanto à variável *Faixa etária*, as pessoas mais jovens, entre 30 e 50 anos, apresentaram os maiores índices de monotongação.

Santos e Chaves (2010) estudam o processo da monotongação dos ditongos [ow] e [ej] nos falares do município de Plácido de Castro, no Acre. A amostra foi constituída por 33 informantes, estratificados por sexo, faixa etária e escolaridade. Examinando 1.501 vocábulos, sendo 519 de [ej] e 982 de [ow], as autoras verificaram um índice de monotongação de [ej] de 55% e de [ow] de 69%. Na



análise foram controladas variáveis linguísticas e sociais: *Ponto e modo de articulação da consoante seguinte*, *Número de sílabas da palavra*, *Tonicidade da sílaba*, *Escolaridade*, *Gênero* e *Faixa etária*. O estudo apontou que os fatores que mais favoreceram a monotongação foram: o contexto posterior [r] e as palavras polissílabas. Conforme Santos e Chaves (2010), a monotongação parece ocorrer independentemente das variáveis sociais.

Cristofolini (2011) realizou um estudo sobre o ditongo [ow] na região de Florianópolis considerando variáveis linguísticas e sociais. A autora constata que a monotongação foi aplicada em 93% dos dados. Quanto às variáveis independentes, apenas a *Tonicidade* se mostrou relevante na análise, indicando o contexto pretônico e tônico como os que mais favorecem a monotongação de [ow] e o contexto átono como o menos propício à ocorrência do fenômeno.

A partir de dados de falantes de Florianópolis (SC), provenientes do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), Bittencourt (2012) investigou a monotongação de ditongos orais considerando fatores linguísticos e sociais. A autora constatou que as palavras em que os ditongos eram anteriores aos contextos fonológicos tepe e palatal, foram aquelas nas quais a monotongação foi verificada com maior frequência. Quanto aos fatores sociais investigados, destaca-se que os informantes com maior nível de escolaridade e os mais jovens foram os que menos apagaram os glides dos ditongos.

Araújo (2013) analisou o comportamento variável do ditongo [ej] nas capitais brasileiras da Região Norte (Manaus, Belém, Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco) e Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). A amostra é constituída por 56 informantes, oriundos das nove capitais. Analisando 825 ocorrências, o estudo verificou uma taxa de aplicação da regra de monotongação de 45,7% (377) dos casos. As variáveis controladas foram: *Contexto fonológico*

*seguinte, Tamanho da palavra, Sonoridade do segmento seguinte, Sexo, Escolaridade, Faixa etária e Localidade.* Sendo consideradas relevantes as seguintes: *Contexto fonológico seguinte, Escolaridade, Localidade e Sexo.* O fenômeno foi favorecido pelo contexto seguinte: tepe, pelos falantes menos escolarizados, de Florianópolis e Manaus e do sexo masculino.

Leão (2013) estudou a redução dos ditongos orais [aj], [ej] e [ow] nas falas de apresentadores, repórteres e entrevistados de telejornais, regionais, de cinco estados: Amazonas (Norte), Bahia (Nordeste), São Paulo (Sudeste), Rio Grande do Sul (Sul) e Distrito Federal (Centro Oeste). A distribuição da monotongação, demonstrada ao longo do trabalho, evidencia, segundo a autora, o fato de que a variante monotongada já é um traço característico do vernáculo geral brasileiro e, por ser tão comum, não é tratada de forma estigmatizada ou preconceituosa, já que tanto os falantes menos favorecidos quanto os mais prestigiados da sociedade realizam a redução dos ditongos.

Araújo, Pereira e Almeida (2017) investigaram a monotongação do ditongo [ej] no português falado em sete capitais brasileiras, nas regiões Centro-Oeste e Sudeste a partir de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). O estudo analisou variáveis sociais que favorecem o fenômeno. Os resultados indicaram que a monotongação é mais empregada nas capitais da região Centro-Oeste do que no Sudeste e as variáveis sociais que mais influenciaram o processo foram *Escolaridade* e *Sexo*: falantes com ensino fundamental e do sexo masculino favoreceram a aplicação da regra.

Essa síntese dos estudos que investigaram a monotongação de ditongos orais em variedades do PB, indica que os ditongos estudados com mais frequência são [ej], [ow] e [aj]. Ademais, o *Contexto fonológico seguinte* ao ditongo é a variável independente apontada, com mais frequência, como sendo relevante para a

aplicação da regra de monotongação. As variáveis não estruturais, na maior parte dos trabalhos citados, exerceram pouca influência sobre a aplicação da regra.

### 1.3 Síntese do capítulo

Neste capítulo revisamos, na primeira seção, algumas questões centrais na discussão sobre os ditongos orais no PB e suas possibilidades de variação. Considerando que o ditongo é o encontro de uma vogal e um glide, isto é, um elemento que não constitui pico de sonoridade na sílaba (SILVA, 2002; MENDONÇA, 2003), apontamos que, quanto aos glides, não há um consenso a respeito da sua natureza, se vocálica ou consonantal.

Mostramos as possibilidades de variação, nos ditongos orais, resultantes do processo de monotongação, que consiste na redução do ditongo a uma vogal simples por meio do apagamento do glide, e de ditongação, entendido como a transformação de uma vogal simples em ditongo, ou seja, o processo pelo qual um segmento vocálico desdobra-se em dois segmentos.

Na segunda seção, apresentamos uma síntese dos estudos que investigaram a monotongação de ditongos orais em variedades do PB. A visão panorâmica da trajetória desses trabalhos indica que (i) o estudo do fenômeno da monotongação é algo que tem merecido a atenção de pesquisadores há algum tempo e a metodologia de análise mais utilizada é a da Sociolinguística Variacionista de Labov, sobretudo, nos trabalhos realizados a partir dos anos 1990; (ii) os ditongos estudados com mais frequência são [ej], [ow] e [aj]; (iii) o *Contexto fonológico seguinte* ao ditongo é a variável previsora apontada, com mais frequência, como sendo significativa para a aplicação da regra de monotongação; e (iv) as variáveis não estruturais, na maior parte dos trabalhos, exerceram pouca influência sobre a realização da monotongação dos ditongos orais.